

NOSSO PATRIMÔNIO

AME

AÇ

DO

Como as
Unidades de
Conservação
na Amazônia
estão em risco



Imazon

Instituto
do Homem e
Meio Ambiente
da Amazônia

CRÉDITOS

IDEALIZAÇÃO E REVISÃO
Paulo Barreto (Imazon)

ANÁLISE DE DADOS
Sara Baima e Paulo Barreto (Imazon)

EDIÇÃO
Alexandre Mansur

GESTÃO
Cássia Christe

REPORTAGEM
Isis Nobile Diniz

REVISÃO DE TEXTO
Alice Rejaili Augusto

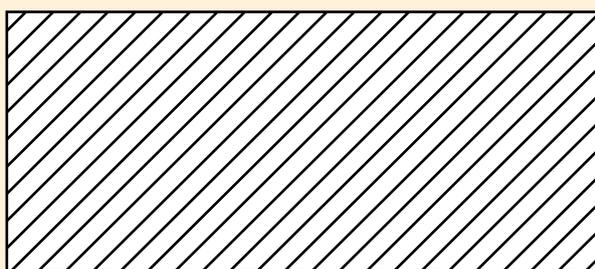
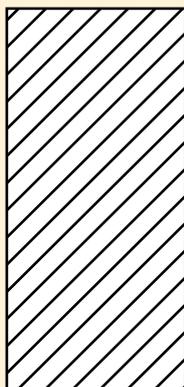
PROJETO GRÁFICO
Cristina Kashima e Estúdio IRÀ

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO
Gordon and Betty Moore Foundation e Norwegian Agency for Development Cooperation

**CLIQUE NOS QUADRADOS
PARA ACESSAR O CONTEÚDO**



INTRODUÇÃO

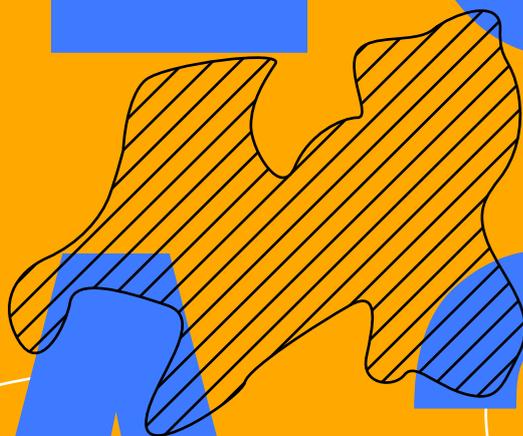
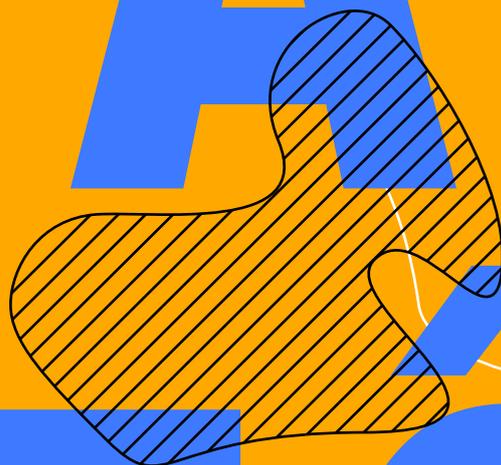
POR QUE É
IMPORTANTE
CONVERSAR
SOBRE A

M A A Z O

N I A ?

A A

A ?





Do micro ao macro, a Amazônia é grandiosa. Ela abriga a maior biodiversidade da Terra. Suas plantas contêm substâncias empregadas no combate a doenças, como a unha-de-gato (*Uncaria tomentosa*), usada contra processos inflamatórios ¹. Também são utilizadas na cosmetologia, como o bálsamo de copaíba, um fixador de odores ². Além disso, a Amazônia fornece inúmeros outros serviços ambientais. Atua na formação das chuvas do país, que auxiliam diretamente a agricultura e a produção de energia hidrelétrica. Ajuda a regular o clima de toda a América do Sul, barrando extremos climáticos como a formação de furacões. Ela estoca carbono, o que mitiga

↑ Queimada abre caminho para a expansão da devastação. O fogo muitas vezes foge do controle

A PARTICIPAÇÃO DO DESMATAMENTO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DA AMAZÔNIA QUASE DOBROU EM DEZ ANOS

diretamente o aquecimento global. Ela também tem uma riqueza cultural com 343 mil indígenas ³, sendo a casa da maior parte das tribos brasileiras, e fornece recursos para comunidades locais. Toda essa diversidade atrai os turistas. A natureza é a segunda maior motivação para os turistas estrangeiros virem ao Brasil, segundo o Ministério do Turismo.

Essa grandiosidade precisa ser bem cuidada. O imenso patrimônio natural do Brasil rende benefícios para o país se administrado de forma saudável. Uma das estratégias para organizar o uso sustentável da região passa pela criação e administração de uma rede de Unidades de Conservação (UCs). Elas têm várias finalidades. Algumas preve-



↑ As praias do Rio Tapajós mostram o potencial turístico da natureza bem conservada

em o uso restrito para preservar os serviços naturais. Outras permitem a extração sustentável de madeira. Possuem em comum o objetivo de evitar que a região seja depredada e garantir que ela possa beneficiar as pessoas hoje e sempre.

No entanto, as Unidades de Conservação estão sob ataque. Alguns pecuaristas, garimpeiros, madeireiros e especuladores de terra, seja por desinformação, seja por ganância, invadem e depredam essas áreas – que são patrimônio público – em benefício próprio. Uma das principais conclusões do estudo é que o desmatamento continua alto dentro das Unidades de Conservação. Em 2017, a taxa foi o dobro do que ocorreu em 2012, a menor taxa no período avaliado. Outra tendência preocupante é uma aparente perda na capacidade de proteção. A participação do desmatamento nas Unidades de

**A SOCIEDADE ESTÁ
CADA VEZ MAIS
CONSCIENTE DE QUE
A APROPRIAÇÃO
INDEVIDA DAS
ÁREAS PÚBLICAS É
PREJUÍZO
PARA
TODOS**

Conservação em relação ao total da Amazônia quase dobrou em dez anos. Passou de 7%, em 2008, para 13%, em 2017. Dados divulgados em novembro de 2018 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais revelaram que desmatamento na região voltou a crescer entre 2017 e 2018, atingindo o maior patamar dos últimos 10 anos. A boa notícia é que a sociedade está vigilante. Ela está cada vez mais consciente de que a apropriação indevida de áreas públicas da Amazônia é prejuízo para todos. E deseja saber mais a respeito.

Este relatório reúne algumas das informações mais recentes produzidas pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia sobre o tema. É uma contribuição para que a sociedade monitore e compreenda melhor a saúde da maior floresta tropical do mundo, que pertence a todos nós.

SUMÁRIO
EXECUTIVO

COMO
ESTÃO
AS ÁREAS

PRE

SER

WA

DAS?

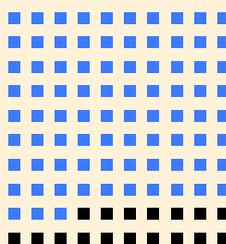


O ESTUDO FOI REALIZADO A PARTIR DAS TAXAS DE DESMATAMENTO DO PRODES, O PROJETO DE MONITORAMENTO DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE), DESDE AGOSTO DE 2012 ATÉ JULHO DE 2017.

O DESMATAMENTO CONTINUA ALTO

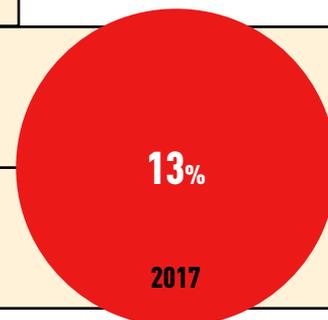
DENTRO DAS 50 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS) MAIS DEVASTADAS, APESAR DA REDUÇÃO DA VELOCIDADE (TAXA) EM 2017. MESMO ASSIM, EM 2017, A TAXA DE DESMATAMENTO FOI O DOBRO DO QUE OCORREU EM 2012, A MENOR NO PERÍODO AVALIADO.

A maior parte da área desmatada na Amazônia virou pasto, ou seja, 83%. Esse pasto apresenta vários graus de degradação.



Rondônia e Pará são os dois estados líderes em desmatamento dentro de UCs. As cinco Unidades de Conservação que mais foram desmatadas estão dentro desses estados.

A PARTICIPAÇÃO DO DESMATAMENTO NAS UCS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA AMAZÔNIA **QUASE DOBROU** EM DEZ ANOS. PASSOU DE 7%, EM 2008, PARA 13%, EM 2017.



Em **2008**, o governo implantou políticas como foco na **fiscalização** em municípios críticos, restrição de crédito para quem não estivesse cumprindo regras ambientais, confisco de bens envolvidos no desmatamento e de gado. Entre 2008 e 2009, o total desmatado dentro das UCs da Amazônia caiu de 98.301 hectares para 64.904 hectares.

Em **2012**, O Novo Código Florestal entrou em vigor **anistiando** parte do que foi desmatado ilegalmente, houve redução do tamanho de UCs e enfraquecimento das leis de proteção ambiental. De 2012 para 2013 houve aumento de 45.068 hectares para 64.284 hectares desmatados.

AS UCS MAIS DESMATADAS

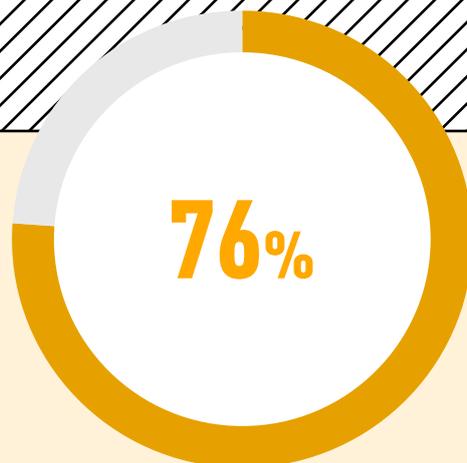
APA TRIUNFO DO XINGU (PA)
FLOREX RIO PRETO-JACUNDÁ (RO)
RESEX JACI-PARANÁ (RO)
APA RIOPARDO (RO)
FLONA DO JAMANXIM (PA)*

* Exceto a última, todas têm gestão estadual.
Juntas, elas correspondem a 65% de tudo o que foi subtraído dentro de UCs no período.

QUASE METADE DE TODO O DESMATAMENTO DAS UCS NO PERÍODO ACONTECEU EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.

AS UNIDADES MAIS DEVASTADAS POR CATEGORIA

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)
RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX)
FLORESTA NACIONAL (FLONA)
FLORESTA ESTADUAL (FLOTA)
FLORESTA EXTRATIVISTA (FLOREX)
PARQUE NACIONAL (PARNA)
PARQUE ESTADUAL (PES)



das UCs estaduais são responsáveis pelo desmatamento dentro das 50 áreas pesquisadas. Das 11 APAs na lista das 50 UCs mais atingidas, só uma é federal.

A penúltima área menos desmatada é a Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Seringal Nova Esperança, UC federal, no Acre. Apenas 610 hectares foram reduzidos entre 2012 e 2017, mas isso corresponde a **23,71%** de seu território total.



O DESMATAMENTO AVANÇA

PARA NOVAS FRONTEIRAS, ATINGINDO UCS VULNERÁVEIS EM ÁREAS COMO O SUL DO AMAZONAS. COMO EXISTEM MENOS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DENTRO DOS ESTADOS DE RORAIMA E MATO GROSSO, A TAXA TOTAL DE PERDA DE UCS DELES PARECE MENOR. O MESMO OCORRE COM O MARANHÃO, QUE JÁ PERDEU BOA PARTE DE SUA FLORESTA AMAZÔNICA.

Os governos estaduais e federal continuam tentando reduzir a proteção do patrimônio público. Nos últimos dois anos poderia ter sido pior, mas a sociedade, parte do setor privado e do poder público (como analistas ambientais, parlamentares, procuradores e juízes) bloquearam as tentativas de reduzir. Isso se deu por meio de campanhas, protestos e ações judiciais.

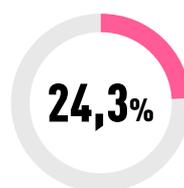
As UCs que perderam mais de 20% da cobertura florestal total foram



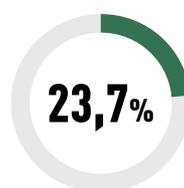
FLORSU MUTUM
(RONDÔNIA)



APA DO RIO PARDO
(RONDÔNIA)



RESEX JACI-PARANÁ
(RONDÔNIA)



ARIE SERINGAL
NOVA ESPERANÇA
(ACRE)

A proteção efetiva no longo prazo dependerá não só de iniciativas contra o desmatamento, mas especialmente de medidas de apoio ao uso sustentável das áreas. **O aumento do turismo e o manejo da floresta das Unidades de Conservação podem gerar benefícios locais e consequentemente o apoio à conservação.**

TENDÊNCIA GERAL

O QUE ESTÁ
ACONTECENDO
COM AS

NÍVEL DA

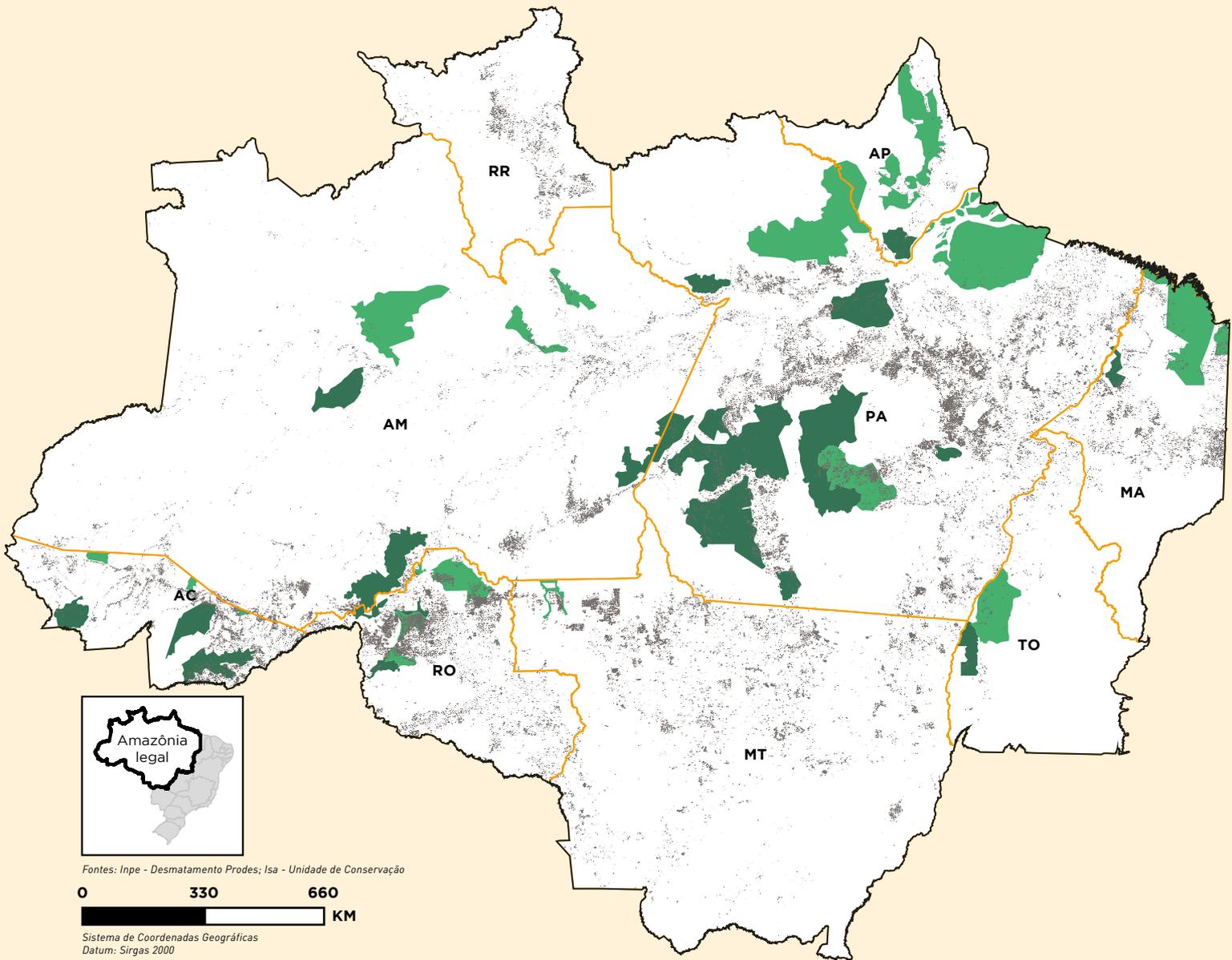
DE CONSERVAÇÃO?

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo e é habitada pela maior diversidade de espécies do planeta. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil ela ocupa 4,2 milhões de km² ^[1], abrangendo a totalidade ou parte dos estados do Amazonas, do Pará, de Roraima, de Rondônia, do Amapá, do Acre, de Mato Grosso, do Tocantins e do Maranhão. Ela faz divisa com o Cerrado e um pouco com o Pantanal.

LEGENDA DO MAPA

-  Limite Amazônia Legal
-  Limites Estaduais
-  UCs estaduais mais desmatadas
-  UCs federais mais desmatadas
-  Desmatamento 2012 a 2017

O QUE FOI PERDIDO Parte do desmatamento entre 2012 e 2017 (em vermelho) ocorreu dentro de Unidades de Conservação. Em verde, as 50 UCs mais desmatadas no período





← O leite da seringueira é matéria-prima para o artesanato de Maria Celina Godinho Guimarães na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no Pará

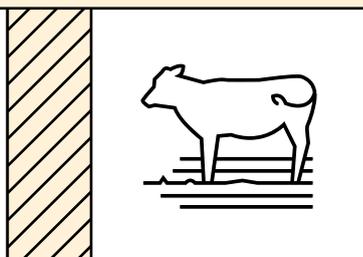
José Cruz/Agência Brasil

A história recente do desmatamento começa com um período de vitórias contra a devastação. A partir de 2004, quando a região perdeu 2.742.300 hectares, a taxa caiu consistentemente. Chegou a 641.800 hectares em 2011. A queda foi resultado de um conjunto de fatores, como criação de Unidades de Conservação (UCs) e redução de crédito rural para quem não cumpria as leis. Mas a tendência de queda se reverteu a partir de 2012. Com um detalhe grave: a porcentagem da área desmatada dentro de UCs tem sido cada vez maior. Em 2008, a porcentagem era de 7%. Em 2016, chegou a 15% e no ano seguinte foi de 13%. Os dados do Sistema de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal do projeto Prodes de 2017 mostram que as UCs estaduais são responsáveis por 76% do desmatamento dentro das 50 áreas pesquisadas. Isso sugere que as UCs estaduais são mais vulneráveis.

Os estudiosos são unânimes em apontar a principal causa para o aumento do desmatamento dentro de UCs: pressão política. Essa pressão vem de ocupantes que querem ganhar dinheiro com essa terra pública. São incentivados pelo mer-

DE ONDE VEM A CARNE?

Frigoríficos e fazendeiros na Amazônia foram multados em 2009 por comprarem de áreas embargadas. Depois disso, frigoríficos assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se comprometendo a só comprar gado de fazendas que atendessem a requisitos socioambientais, como ter o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ao mesmo tempo, uma campanha do Greenpeace fez com que quatro dos principais frigoríficos do país assinassem um compromisso voluntário pelo desmatamento zero.



O problema é que os frigoríficos compram de fazendas de engorda, que por sua vez adquirem o gado de fazendas de cria e recria. E essas geralmente escapam ao controle do TAC. Além disso, mesmo algumas empresas que assinaram acordo continuam comprando de áreas com desmatamento irregular.

MEDIDA PROVISÓRIA, NÃO	
	<p>extinção de UC federal ou modificação de seu território, o Supremo Tribunal Federal ressaltou que é necessária a edição de uma lei. Assim o Congresso Nacional terá a oportunidade de debater a proposta legislativa com segurança e calma, diferentemente do que ocorre com a Medida Provisória. “Além disso, impera no Direito Ambiental a máxima segundo a qual é vedado o retrocesso ambiental. O Brasil é signatário de inúmeras convenções internacionais”, lembra a promotora Aídee Maria.</p>
<p>Atendendo a pressões políticas, o governo federal vinha usando Medidas Provisórias (MPs) para reduzir algumas áreas. O caminho evitava a necessária negociação com outras instâncias da sociedade. Mas esse atalho aparentemente está fechado. Para</p>	

cado de produtos agropecuários que compram dessas regiões, sem grande controle de origem. E por novas obras de infraestrutura que facilitam o acesso às regiões menos exploradas. Há um círculo vicioso. Como os políticos cedem à pressão, legislando para regularizar as invasões, os invasores são incentivados a continuar cometendo crimes esperando anistia posterior.

“As áreas de proteção viram moeda de barganha política via redução ou extinção”, conta o engenheiro florestal Miguel Milano, diretor da Permian Brasil. “Aliada à ignorância e à truculência dos políticos está a ignorância da popula-

A PROPORÇÃO DE ÁREA DESMATADA DENTRO DE UCS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA AMAZÔNIA CRESCERAM DE 7%, EM 2008, PARA

13%, EM 2017

ção sobre o valor das áreas. E por fim, em boa medida, a sistemática violência – explícita ou implícita – a que são submetidos os que defendem a natureza como um todo e as Unidades de Conservação em particular”, completa Milano.

A promotora de justiça Aídee Maria Moser Torquato Luiz, diretora do Ministério Público de Rondônia, explica quais são as etapas do desmatamento, como aconteceu, por exemplo, na Reserva Extrativista Jaci-Paraná, em Rondônia: “As invasões das Unidades de Conservação têm como objetivo primeiro a retirada de madeiras de alto valor comercial. No segundo momento, a floresta é suprimida para dar lugar a grandes extensões de terras voltadas à exploração da pecuária. Acrescenta-se às razões do desmatamento dessas áreas especialmente protegidas a grilagem de terras públicas”.

“A maior parte da área desmatada vira pasto”, conta Paulo Barreto, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). A pecuária empurra o desmatamento porque é viável ocupar com pasto e gado regiões com pouca infraestrutura. O gado pode ser levado a fronteiras distantes caminhando por uma estrada ou mesmo passando pelo meio da floresta.

As estradas e as hidrelétricas também, como no caso do Com-

plexo Hidrelétrico do Rio Madeira, têm sua parcela de responsabilidade no desmatamento. As primeiras facilitam a chegada de grileiros. As hidrelétricas e as minerações afetam também por meio das estradas e da pressão por terras. Elas atraem trabalhadores diretos e indiretos para a região, o que intensifica a especulação de terras, inclusive em Unidades de Conservação.

A Flona do Jamanxim, uma das áreas mais afetadas pelo desmatamento, é um exemplo de como estradas, no caso a Rodovia BR-163, e grandes obras geram impactos sociais e ambientais relacionados ao aumento de migrações, grilagem e ocupação irregular de terras públicas, desmatamento e exploração não sustentável dos recursos naturais.

“Buscando reverter tal dinâmica, o governo brasileiro instituiu o Plano BR-163 Sustentável. Uma de suas estratégias para suavizar esses impactos e minimizar os efeitos negativos da pavimentação da rodovia foi a criação de Unidades de Conservação”, conta Luiz Felipe de Luca, coordenador-geral de proteção do ICMBio. “Analisando os dados, é possível observar que a estratégia em frear o desmatamento na região foi exitosa”, afirma De Luca.

Em 2004, dois anos antes da criação da Flona do Jamanxim, o



Marcelo Carmago/Agência Brasil

↑ Criança da comunidade de ribeirinhos de São Lourenço na Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, em Mato Grosso

desmatamento chegou a mais de 300 km² lá. Após a criação da UC o desmatamento reduziu drasticamente, chegando a taxas abaixo de 30 km² entre os anos de 2010 e 2012. “Porém, é necessária a solidificação do plano da Flona por parte do Estado brasileiro para o desenvolvimento territorial em bases sustentáveis”, explica De Luca. Ele defende as UCs federais.

As UCs protegem uma enorme diversidade de bens tangíveis e intangíveis, cujos valores para as comunidades, a sociedade como



Araquém Alcântara

um todo e o planeta são inestimáveis. São bens como biodiversidade e recursos genéticos, essenciais para as indústrias alimentícia, farmacêutica e química; mananciais de água, essenciais para a agropecuária, a indústria e a vida humana nos meios urbanos e rurais; paisagens e belezas cênicas, fundamentais como elementos da identidade nacional, para fins recreativos e para os negócios do turismo; serviços como equilíbrio ambiental e mitigação das mudanças climáticas; proteção dos solos contra erosão e manutenção da qualidade das águas; polinização de plantios agrícolas e florestais; além de valores estéticos e religiosos, provedores de inspiração artística e espaço de devoção.

“Posto isso, é necessário ainda falar de importância? Essa é uma questão intrínseca à

↑ Queimada na floresta. A prática está associada ao desmatamento dentro de UCs para abertura de pastagens

existência das Unidades de Conservação. Elas só existem por isso, no mundo todo, ocupando espaços territoriais muito significativos e expressivos em todos os países”, destaca Milano. Deveria ser interesse de todos proteger as Unidades de Conservação. Com mais recursos é possível zerar o desmatamento dentro delas. E todos sairão ganhando.

PIORES ESTADOS

QUAIS

ESTADOS

PROTEGEM

NOS **ME**
OS?

OS PIORES ESTADOS

Rondônia e Pará têm mais Unidades de Conservação na lista das 50 mais desmatadas. Além disso, são os campeões em área total perdida dentro das UCs

LEGENDA DO GRÁFICO

-  UCs estaduais
-  UCs federais

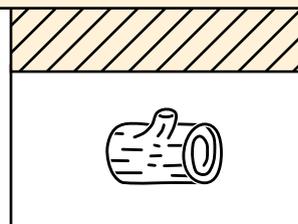
ESTADOS	QUANTIDADE DE UCs	DESMATAMENTO EM UCS DE 2012 A 2017 (HA)
Rondônia	8	168.274
	2	2.854
Pará	4	122.166
	14	91.547
Tocantins	1	7.906
	1	1.281
Maranhão	3	7.738
	1	3.234
Amazonas	3	4.263
	3	3.685
Mato Grosso	1	3.889
	0	-
Acre	3	2.626
	4	13.992
Amapá	1	1.788
	1	957

 estado com Unidades de Conservação mais desmatadas entre 2012 e 2017 foi Rondônia, seguido de perto pelo Pará. É o que revela o levantamento feito pelo Imazon. No período pesquisado, Rondônia teve um desmatamento total de 168.274 hectares em UCs estaduais. Esse desmatamento ocorreu em oito UCs estaduais. Rondônia também ficou em primeiro lugar na área total desmatada, à frente do Amazonas e do Pará, que são estados com territórios bem maiores.

O estado do Pará ficou em segundo lugar na lista de UCs estaduais desmatadas, com 122.166 hectares devastados. Além disso, o Pará foi o estado onde ocorreu mais desmatamento em UCs federais, com perda de 91.547 hectares. É mais do que a soma de tudo o que foi perdido nas UCs federais dos outros estados. O desmatamento no Pará foi mais abrangente que nos outros estados, atingindo 14 UCs federais.

MAS PODE?

Rondônia criou nove Unidades de Conservação em abril de 2018. Diante disso, a Assembleia Legislativa do estado aprovou uma emenda à Constituição estadual que incumbiu a própria Assembleia de criar, alterar, incorporar e extinguir UCs. Em setembro, os deputados da Assembleia extinguiram 11 UCs, fazendo desaparecer mais de meio milhão



de hectares de áreas protegidas. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) afirmou que o governo do estado ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade anular a ação da Assembleia e manter as UCs.

Rondônia e Pará fazem parte do chamado Arco do Desmatamento na Amazônia, uma faixa que vai do leste ao sul da região. Essa faixa recebe a maior pressão da fronteira agrícola que avança no sentido sul-norte, consumindo a floresta. Os dados da pesquisa sugerem que as rodovias Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Porto Velho (BR-364) e a Cuiabá-Santarém (BR-163) influenciaram diretamente nas estatísticas, pois permitem que as pessoas cheguem a áreas de conservação e se fixem nelas. Também facilitam o escoamento de produção agropecuária.

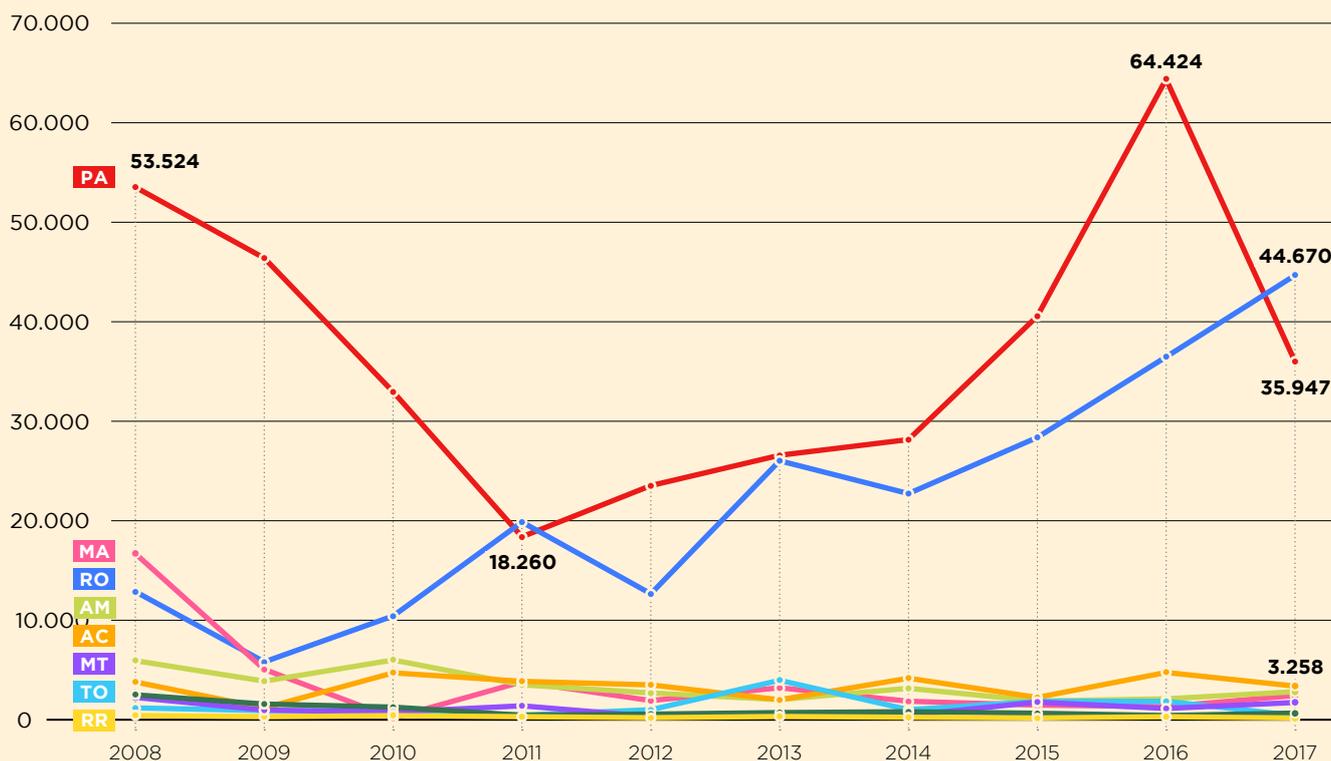
“Nessas áreas, foi concentrada a maior parte das políticas de desenvolvimento e de ocupação do território, impulsionando a expansão

gradual da fronteira agropecuária na esteira das grandes rodovias abertas a partir dos anos 1960”, explica Luiz Felipe de Luca, do ICMBio. Parte das Unidades de Conservação ao longo dessas estradas foi criada no período de 2003 e 2004 para garantir o direito dos povos indígenas e tentar reduzir o valor da especulação fundiária, uma das principais causas do desmatamento na região.

“A criação das UCs foi usada como estratégia para desestimular o desmatamento especulativo do trajeto da BR-163 e da Estrada da Canopus, na região de São Félix do Xingu, no Pará. Então, a pressão sobre essas áreas é maior do que sobre outras mais distantes da fronteira

O NOVO CAMPEÃO

Desmatamento entre 2008 e 2017 por estado. Em 2017, Rondônia ficou à frente do Pará em área total desmatada dentro de UCs, apesar de ter um território total menor (em ha)



**171.128
HECTARES**

**FORAM DESMATADOS
EM RONDÔNIA DE 2012
A 2017, SENDO A MAIOR
PARTE EM ÁREAS DE
CONSERVAÇÃO ESTADUAIS**

**213.713
HECTARES**

**FORAM DESFLORESTADOS
NO PARÁ DENTRO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS E ESTADUAIS**

agrícola e das estradas”, lembra Ane Alencar, diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam Amazônia). Por outro lado, segundo ela, isso significa que as áreas foram criadas já numa situação crítica.

Outro fator que influencia no desmatamento são alguns tipos de Unidades de Conservação mais permissivos, como as Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Nessa categoria, entes privados cuidam diretamente dos recursos devendo apresentar um plano de uso indicando áreas mais preservadas. Mas, enquanto instrumentos como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) não forem realmente obrigatórios³, falta garantir que esse plano e uma ferramenta de gestão funcionem.

Para os pesquisadores, há ainda outros fatores em jogo. “Hoje, a legislação ambiental está enfraquecida. Talvez haja um inconsciente coletivo dos produtores achando que eles podem invadir e depois ganhar o título da terra”, diz Ane, do Ipam.

Em Rondônia, as UCs se concentram em Machadinho do Oeste e Porto Velho. Quando a Resex Jaci-Paraná foi criada em meados de 1996, não havia notícia de desmatamento no local. Ela era ocupada predominantemente por grupos extrativistas. “Entretanto, comparando os dias atuais com a época em que se iniciaram as invasões dessa Unidade de Conservação, em meados de 2000, percebemos um grau de ocupação e devastação da floresta absurdo”, conta Aídee Maria Moser Torquato Luiz, promotora do Ministério Público do Estado de Rondônia. Diante de informações de tentativas de invasões, o Ministério Público do Estado de Rondônia e o Ministério Público Federal ajuizaram uma ação civil pública. O pedido de liminar foi deferido, determinando ao



Araquém Alcântara

↑ Clareira aberta no meio da floresta por madeireiros

estado de Rondônia medidas para impedir invasões e degradação ambiental. Atualmente, são inúmeras ações civis e criminais que tramitam perante o Poder Judiciário do Estado, muitas delas com sentenças favoráveis transitadas em julgado contra os invasores.

O histórico da Flona de Bom Futuro é ilustrativo. A Flona de 271 mil hectares foi criada em 1988 ^[4] para reduzir a pressão do asfaltamento de parte da BR-364. Vinte e um anos depois, 32% da Flona tinha sido ilegalmente desmatada. Havia 35 mil cabeças de gado e 3 mil moradores lá dentro. Para tentar atrapalhar a fiscalização do Ibama, políticos e exploradores

chegaram a fechar estradas e invasores armados atacaram as barreiras que impediam o acesso à Flona. Em 2004, o Ministério Público Federal e o Estadual conseguiram uma liminar da Justiça Federal para a desocupação da área. Mas a ordem não foi cumprida. Em maio de 2005, Incra, Ibama e o governo de Rondônia assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ^[5] para retirar grandes pecuaristas e madeireiros da área e reassentar ocupantes ilegais. O TAC também não foi cumprido.

Diante do histórico de invasão, o governo de Rondônia adotou outra abordagem. Em 2009, suspendeu a licença ambiental da hidrelétrica de Jirau ^[6], uma obra de interesse do go-

Depois que os madeireiros →
extraem as árvores com maior
valor comercial, os grileiros
queimam o resto da mata para
plantar pastagens e tentar se
apropriar da terra invadida



Araquém Alcântara

verno federal, justificando que o lago da hidrelétrica afetaria parte das UCs estaduais. Para resolver o impasse, o governador propôs que toda a área invadida da Flona fosse retirada da UC federal. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes (ICMBio) e o governo do estado assinaram um acordo para a divisão da Flona em três UCs. Aproximadamente 133 mil hectares seriam transformados em UC federal de proteção integral. O restante seria transformado em uma floresta estadual e uma APA estadual. Alguns invasores retiraram o gado da área, mas as ocupações ilegais e as depredações continuaram. E agora a maior parte da terra perdeu a proteção federal. Segundo a promotora Aídee, a Flona do Bom Futuro teve seus limites reduzidos para que a área desafetada fosse transformada em duas outras Unidades de Conservação estaduais cujo grau de proteção jurídica é mais flexível. “Essa medida foi, em verdade, uma forma de justificar a manutenção de invasores na área”, afirma a promotora. O governo de Rondônia foi procurado mas preferiu não dar nenhuma entrevista a respeito.

RONDÔNIA E PARÁ

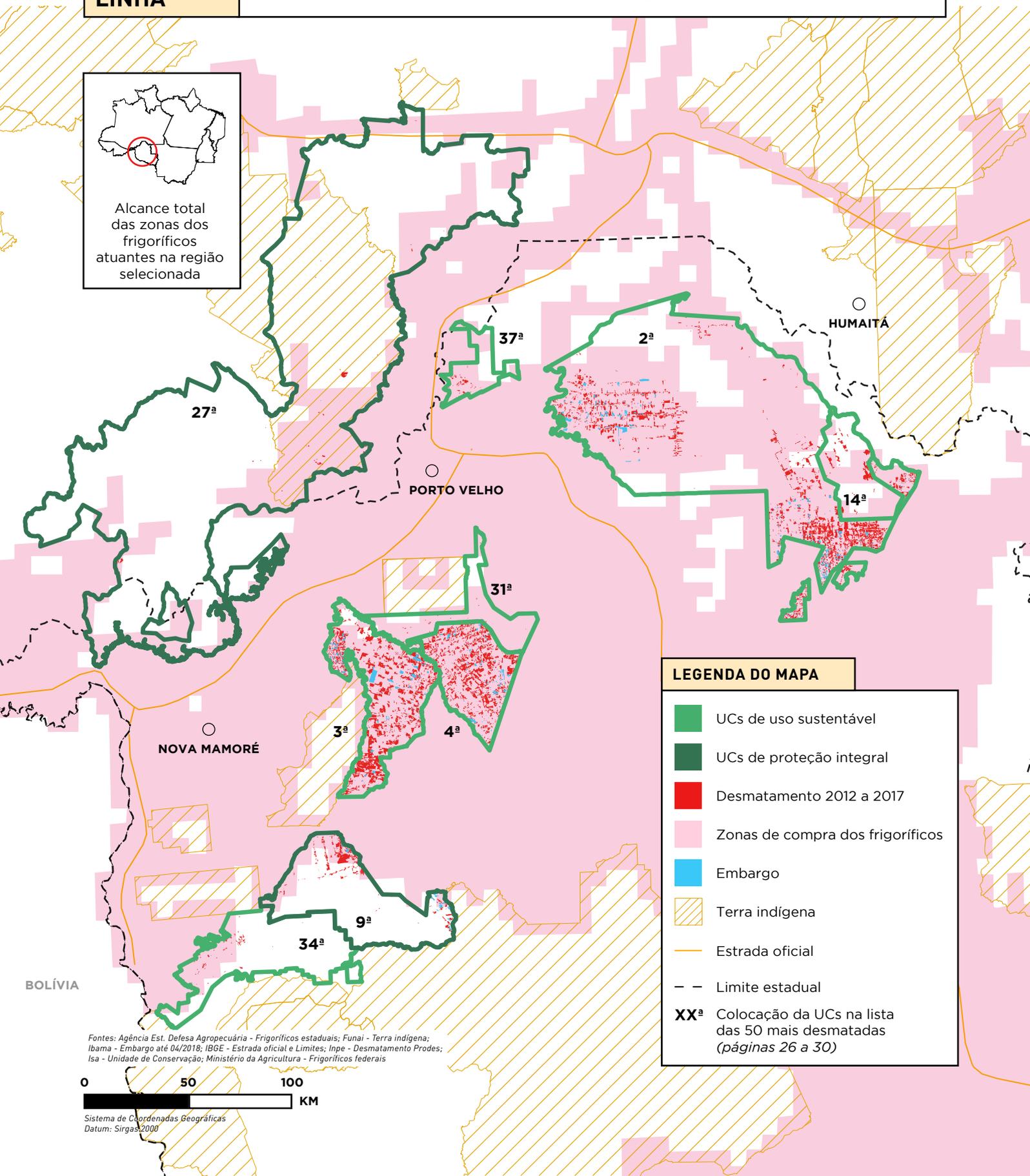
**TIVERAM SOZINHOS MAIS
ÁREA PERDIDA EM UCS DO
QUE TODOS OS OUTROS
ESTADOS DA AMAZÔNIA**

BOI NA LINHA

Detalhe de Rondônia com as UCs mais ameaçadas. Há uma superposição entre as áreas com maior desmatamento (*em vermelho*) e as zonas de influência dos frigoríficos da região (*em rosa*)



Alcance total das zonas dos frigoríficos atuantes na região selecionada



LEGENDA DO MAPA

- UCs de uso sustentável
- UCs de proteção integral
- Desmatamento 2012 a 2017
- Zonas de compra dos frigoríficos
- Embargo
- Terra indígena
- Estrada oficial
- — Limite estadual
- XX^a** Colocação da UCs na lista das 50 mais desmatadas (páginas 26 a 30)

Fontes: Agência Est. Defesa Agropecuária - Frigoríficos estaduais; Funai - Terra indígena; Ibama - Embargo até 04/2018; IBGE - Estrada oficial e Limites; Inpe - Desmatamento Prodes; Isa - Unidade de Conservação; Ministério da Agricultura - Frigoríficos federais

0 50 100
KM

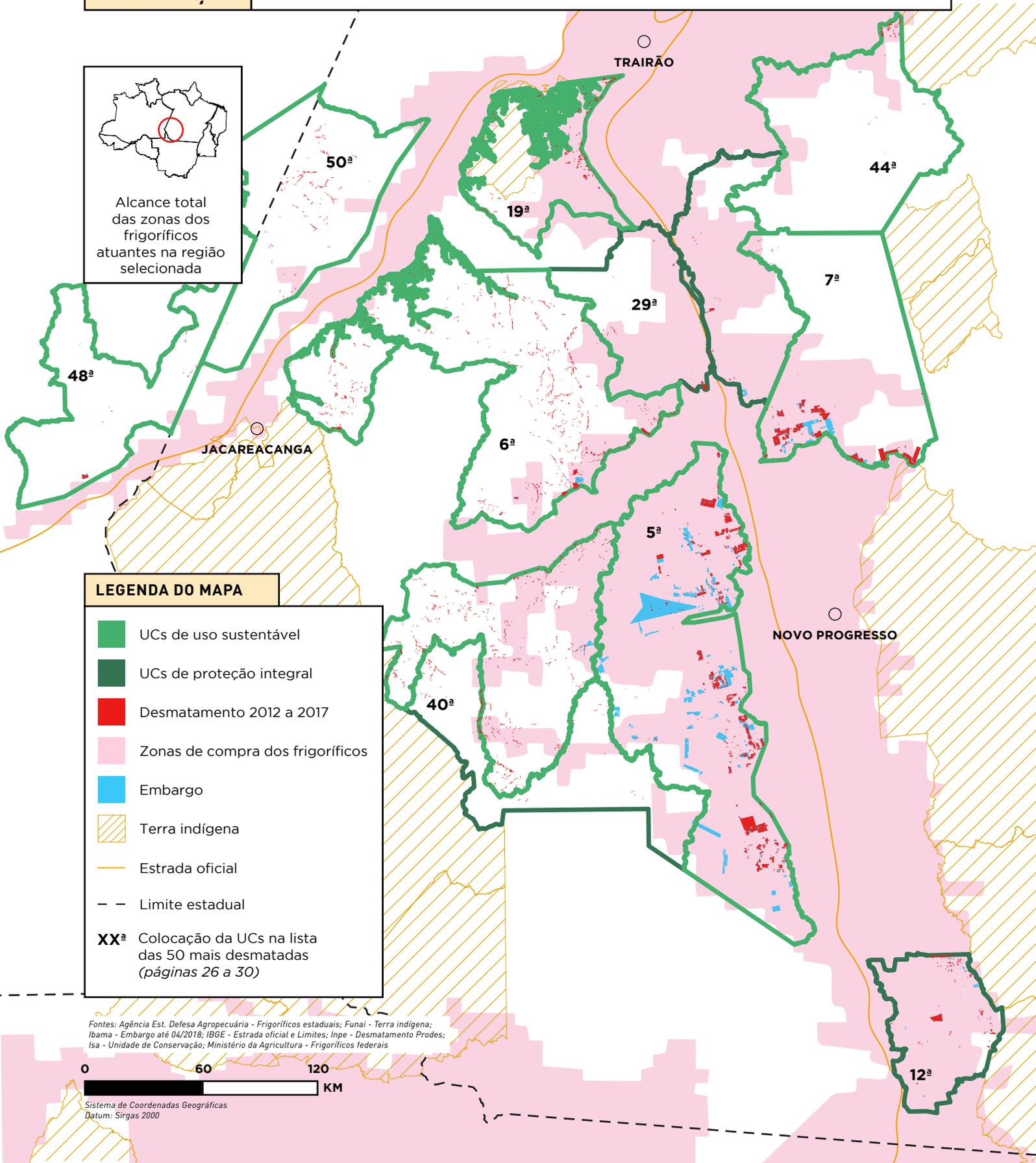
Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

CAMINHO DA DESTRUIÇÃO

Detalhe da região da BR-163 que concentra a maior parte das UCs ameaçadas no Pará. Os trechos em vermelho mostram o desmatamento entre 2012 e 2017 e as áreas em rosa assinalam as zonas de influência de frigoríficos na região



Alcance total das zonas dos frigoríficos atuantes na região selecionada



LEGENDA DO MAPA

- UCs de uso sustentável
- UCs de proteção integral
- Desmatamento 2012 a 2017
- Zonas de compra dos frigoríficos
- Embargo
- Terra indígena
- Estrada oficial
- Limite estadual
- XXª** Colocação da UCs na lista das 50 mais desmatadas (páginas 26 a 30)

Fontes: Agência Est. Defesa Agropecuária - Frigoríficos estaduais; Funai - Terra indígena; Ibama - Embargo até 04/2018; IBGE - Estrada oficial e Limites; Inpe - Desmatamento Prodes; Isa - Unidade de Conservação; Ministério da Agricultura - Frigoríficos federais

0 60 120 KM

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000

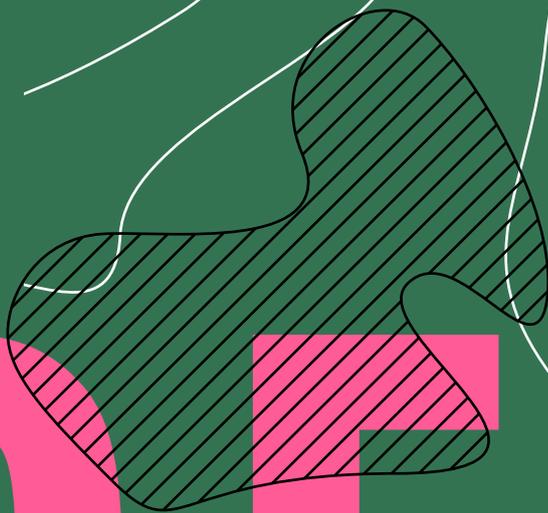
MAIS DESMATADAS

QUAIS SÃO

AS UCS

MAIS

DESMATADAS?



As Unidades de Conservação agem como uma barreira contra o desmatamento. Mas algumas correm perigo. Perdem a capacidade protetora. Conheça as Unidades de Conservação com as maiores taxas de desmatamento da Amazônia entre 2012 e 2017.

13% DO TOTAL DESMATADO
NA AMAZÔNIA FOI EM UCS EM 2017

ONDE ESTÁ O DESMATAMENTO

As 50 Unidades de Conservação mais desflorestadas da Amazônia*

ESTADO	NOME DA UC	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA DESMATADA 2012-2017 (HA)	% DA UC DESMATADA 2012-2017
PA	APA Triunfo do Xingu	1.680.153	108.550	6,5
RO	FLOREX Rio Preto-Jacundá	1.048.380	65.023	6,2
RO	RESEX Jaci Paraná	203.826	49.445	24,3
RO	APA Rio Pardo	144.091	35.689	24,8
PA	FLONA do Jamanxim	1.304.604	33.623	2,6
PA	APA do Tapajós	2.039.914	18.169	0,9
PA	FLONA de Altamira	759.912	16.799	2,2
AC	RESEX Chico Mendes	931.639	10.949	1,2
RO	PES de Guajará-Mirim	221.504	8.969	4,0

*Os dados são de agosto de 2012 a julho de 2017. A porcentagem desmatada corresponde ao que foi devastado dentro desse período. E a área total é em hectares.

ESTADO	NOME DA UC	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA DESMATADA 2012-2017 (HA)	% DA UC DESMATADA 2012-2017
PA	APA do Lago de Tucuruí	564.721	8.828	1,6
TO	APA Leandro (Ilha do Bananal/Cantão)	1.561.587	7.906	0,5
PA	REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	343.254	3.913	1,1
MT	RESEX Guariba-Roosevelt	165.684	3.889	2,3
RO	RESEX Rio Preto-Jacundá	100.330	3.666	3,7
MA	APA Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças	1.569.458	3.477	0,2
MA	APA Baixada Maranhense	1.788.334	3.333	0,2
MA	REBIO do Gurupi	270.682	3.234	1,2
RO	FLORSU Mutum	10.759	3.204	29,8
PA	FLONA de Itaituba II	397.831	3.201	0,8
PA	ESEC da Terra do Meio	3.371.562	2.877	0,1
PA	RESEX Verde para Sempre	1.294.154	2.838	0,2
PA	FES do Paru	3.619.408	2.809	0,1

ESTADO	NOME DA UC	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA DESMATADA 2012-2017 (HA)	% DA UC DESMATADA 2012-2017
PA	FLONA de Saracá-Taquera	441.427	2.242	0,5
AM	APA Caverna do Maroaga (Presidente Figueiredo)	408.432	2.136	0,5
PA	APA Arquipélago do Marajó	5.921.687	1.979	0
PA	FLONA do Amanã	682.645	1.911	0,3
AM/ RO	PARNA Mapinguari	1.771.424	1.806	0,1
AP	FES do Amapá	2.343.096	1.788	0,1
PA	PARNA do Jamanxim	863.537	1.767	0,2
PA	RESEX Renascer	212.082	1.591	0,8
RO	FLONA do Bom Futuro	97.385	1.561	1,6
AM	APA Margem Direita do Rio Negro	462.543	1.526	0,3
AC	RESEX Alto Juruá	533.676	1.412	0,3
RO	RESEX do Rio Ouro Preto	200.314	1.293	0,6
TO	PARNA do Araguaia	557.001	1.281	0,2

ESTADO	NOME DA UC	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA DESMATADA 2012-2017 (HA)	% DA UC DESMATADA 2012-2017
AM	FLONA de Tefé	835.802	1.246	0,1
RO	FLORSU do Rio Madeira (B)	50.050	1.142	2,3
RO	RESEX Angelim	8.428	1.136	13,5
PA	PARNA do Rio Novo	538.405	1.036	0,2
AC	RESEX do Cazumbá-Iracema	751.514	1.020	0,1
AP	RESEX do Rio Cajari	499.944	957	0,2
MA	APA das Reentrâncias Maranhenses	2.648.538	928	0
PA	RESEX Riozinho do Anfrísio	735.935	847	0,1
AC	FES do Antimary	47.006	845	1,8
AC	FES Afluente do Complexo do Seringal Jurupari	68.590	826	1,2
PA	FLONA do Tapirapé-Aquiri	197.195	731	0,4
AC	FES do Mogno	140.072	720	0,5

ESTADO	NOME DA UC	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA DESMATADA 2012-2017 (HA)	% DA UC DESMATADA 2012-2017
AM	FLONA de Urupadi	537.014	633	0,1
AC	ARIE Seringal Nova Esperança	2.573	610	23,7
AM	RDS Amanã	2.368.037	601	0

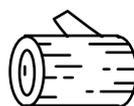
A EPIDEMIOLOGIA DO DESMATAMENTO

Um modelo da epidemiologia, área da medicina que estuda a propagação de doenças, pode ser aplicado ao desmatamento. Ele está ligado à presença de três fatores:



AMEAÇA

Qual é o estímulo ao desmatamento. Quais as forças que pressionam a área



VULNERABILIDADE

Quanto a UC está institucionalmente ou fisicamente fragilizada

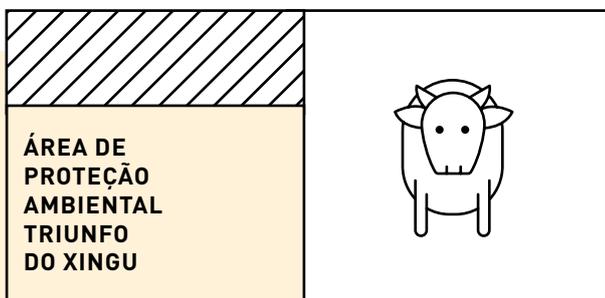


CONTATO

Quais são as facilidades de acesso dos desmatadores à área

Alguns casos de desmatamento são emblemáticos, principalmente porque ocorrem há anos, foram destaque na imprensa ou têm algumas histórias ou características marcantes. Independentemente das diferenças nas histórias, algo as une: a combinação de pecuária com especulação de terra. A presença de frigoríficos

que compram diretamente ou indiretamente o gado de áreas desmatadas ilegalmente valida a aposta de quem desmata terras públicas. (Veja os mapas das UCs mais desmatadas em Rondônia e Pará nas zonas de influência dos frigoríficos locais nas páginas 23 e 24). Saiba mais sobre essas específicas Unidades de Conservação:

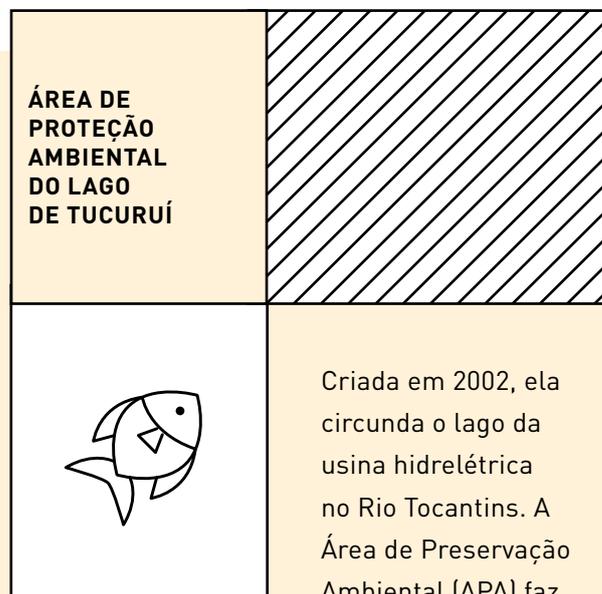


AMEAÇA Moradores vivendo dentro da UC, mineração, exploração madeireira, pecuária.

VULNERABILIDADE Poder público estadual pouco presente, lentidão de processos administrativos e judiciais para cobrança de multas e aplicação de outras penas.

ACESSO Estradas abertas por madeireiros e pecuaristas levam à área.

É a campeã no desmatamento acumulado entre 2012 e 2017. Ela foi criada em conjunto com outras UCs que compõem o Mosaico da Terra do Meio. Ou seja, faz limite com o Parque Nacional da Serra do Pardo, a Estação Ecológica (Esec) da Terra do Meio, a Terra Indígena Kayapó e o Rio Xingu. Está localizada nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no Pará, município com o maior rebanho do Brasil. Foi criada onde já existiam uma grande concentração populacional e pressão antrópica em território degradado e alterado. Essas ameaças diminuíram com a criação da UC, mas ainda estão presentes o desmatamento, a grilagem, a mineração e a pecuária.



AMEAÇA Pecuária, exploração madeireira.

VULNERABILIDADE Há pressão jurídica por redução da área, lentidão de processos administrativos e judiciais para cobrança de multas e aplicação de outras penas.

ACESSO Há estradas de acesso à UC.

Criada em 2002, ela circunda o lago da usina hidrelétrica no Rio Tocantins. A Área de Preservação Ambiental (APA) faz parte do Mosaico do Lago de Tucuruí junto com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Alcobaça, a RDS Pucuruí-Ararão, a Estação Ecológica e o Refúgio de Vida Silvestre. A APA foi criada para abrigar moradores locais, empresas e evitar os impactos negativos ambientais e socioculturais causados pela construção da hidrelétrica. Moradores, turistas e empresas da área se interessam pela região, principalmente porque a formação da represa favoreceu algumas espécies de peixes.



AMEAÇA Exploração madeireira, pecuária.

VULNERABILIDADE Pressão para mudança de tipo de UC, lentidão de processos administrativos e judiciais para cobrança de multas e aplicação de outras penas.

ACESSO Boas estradas que levam à área.

No Acre, leva o nome do seringueiro e ambientalista que lutou a favor daqueles cuja subsistência dependia da preservação da floresta e das árvores nativas. Atualmente, os filhos de seringueiros começaram a virar pecuaristas. “O processo da queda da produção extrativista de borracha e de castanha tem influenciado no fortalecimento da pecuária como uma das estratégias produtivas”, conta Ane Alencar, diretora do Ipam Amazônia. Cada pequeno produtor tem o seu pedaço de terra não mais como propriedade coletiva por meio de concessão de uso, negando a ideia original do conceito de coletivo em detrimento do privado. Um processo social que influencia na forma de usar o recurso diferentemente do que foi pensado quando se criaram as reservas extrativistas.



AMEAÇA Pecuária, mineração, exploração madeireira.

VULNERABILIDADE Propostas para redução dos limites da UC, lentidão de processos administrativos e judiciais para cobrança de multas e aplicação de outras penas, falta de apoio da agência de vigilância agropecuária do Pará para retirada de gado criado em áreas embargadas, extensão do prazo para regularizar ocupações

ilegais de terras públicas com preços subsidiados.

ACESSO Rodovia BR-163, estradas abertas por madeireiros e garimpeiros.

É a segunda UC mais desmatada. A expectativa de pavimentação de toda a Rodovia BR-163, associada a grandes obras de infraestrutura na Amazônia, aumentou migrações, grilagem e ocupação irregular de terras públicas. Para

reverter a dinâmica, o governo brasileiro instituiu o Plano BR-163 Sustentável, sendo a criação de Unidades de Conservação uma das maneiras para suavizar esses impactos. A Flona ganhou fama nacional em 2016, quando o governo Michel Temer editou uma Medida Provisória para reduzi-la, legalizando grileiros. O Congresso radicalizou a proposta de redução, para cortar 37% da área protegida.

MAIS VULNERÁVEIS

QUAIS TIPOS
DE UCS SÃO

MAIS

VULNERÁVEIS

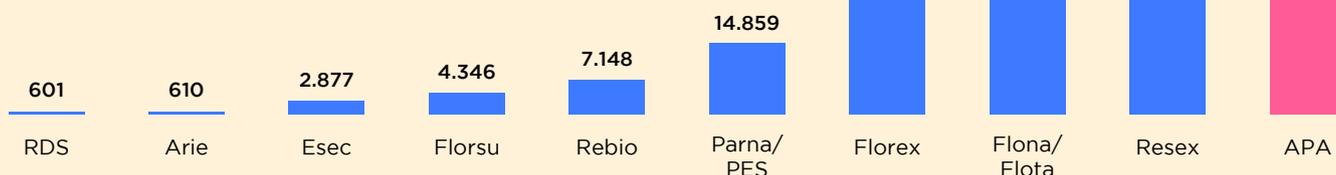
192.521

USO SUSTENTÁVEL?

Área total desmatada (em hectares) por tipo de Unidade de Conservação. As UCs de uso mais flexível, como Áreas de Proteção Ambiental, são as mais desmatadas

NOMES DAS CATEGORIAS DAS UCS

RDS Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Parna/PES Parque Nacional/ Parque Estadual
Arie Área de Relevante Interesse Ecológico	Florex Floresta Extrativista
Esec Estação Ecológica	Flona/Flota Floresta Nacional/ Floresta Estadual
Florsu Floresta Estadual de Rendimento Sustentado	Resex Reserva Extrativista
Rebio Reserva Biológica	APA Área de Proteção Ambiental



Quais são os tipos de Unidades de Conservação (UCs) mais vulneráveis? Um levantamento feito pelo Imazon com as 50 UCs mais desmatadas evidencia isso. Segundo o levantamento, 400 mil dos 436 mil hectares foram desmatados em Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Reservas Extrativistas (Resex), Florestas Nacionais (Flonas), Florestas Estaduais (Flotas) e Florestas Extrativistas (Florex). Esses dados sugerem que as Unidades de Conservação das categorias de manejo sustentável, que os políticos mais aceitam criar, são as menos efetivas aos propósitos de conservação porque são naturalmente mais suscetíveis ao desmatamento.

Existem vários tipos de Unidades de Conservação e com diferentes graus de proteção. Elas são divididas em unidades de proteção integral e de uso sustentável. Na primeira, mais conservadora, só é permitida a utilização indireta dos recursos naturais, como recreação, turismo, pesquisa científica e educação ambiental. A segunda tem como objetivo conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Neste caso, são permitidos o uso e a coleta desde que de forma perene.

Os ataques às unidades de uso sustentável têm um segundo efeito colateral ruim. Além de prejudicarem a floresta, afetam o potencial de

uso econômico. Uma Floresta Nacional (Flona), por exemplo, é uma área destinada à concessão de matas para madeireiras que cortem as árvores usando um plano de manejo. Isso permite a regeneração natural, gerando riqueza e empregos sem esgotar a mata. Quando a Flona é invadida e depredada, ela perde parte das árvores maduras de valor comercial. As possibilidades de começar lá uma exploração sustentável se reduzem.

90% DO DESMATAMENTO ACUMULADO DE 2012 A 2017 SE CONCENTRA EM APAS (44%), RESEX (18%), FLONA E FLOTA (15%) E FLOREX (15%)

GLOSSÁRIO ¹²

UCS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Espaços territoriais com a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis de diferentes populações, habitats e ecossistemas nacionais e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico.

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL

ESEC ESTAÇÃO ECOLÓGICA

Área destinada para

preservação da natureza e realização de pesquisas científicas. Visitas apenas com objetivo educacional.

PARNA/PES PARQUE NACIONAL/ PARQUE ESTADUAL

Locais de beleza cênica destinados à preservação dos ecossistemas naturais. Permitem atividades recreativas, educativas, de interpretação ambiental e pesquisas científicas.

REBIO RESERVA BIOLÓGICA

Área destinada para preservação da diversidade biológica. As interferências

diretas permitidas são a realização de medidas de recuperação de ecossistemas alterados e o manejo para recuperar o equilíbrio natural e preservar a diversidade biológica. Visitas apenas com objetivo educacional.

UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL

APA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Área com atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. Geralmente

é extensa, para proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Pode ser constituída por terras públicas e privadas.

ARIE ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO

Comumente pequena, tem o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local. Com pouca ou nenhuma ocupação humana. Pode ser constituída por terras públicas e privadas.

FLONA/FLOTA FLORESTA NACIONAL/ FLORESTA ESTADUAL

Áreas com cobertura florestal onde predominam espécies nativas com uso sustentável e diversificado dos recursos florestais.

Admitem populações tradicionais que a habitam desde sua criação. Permite pesquisa científica.

FLOREX FLORESTA EXTRATIVISTA

Área natural onde populações tradicionais exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Permite visitação pública e pesquisa científica.

FLORSU FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO

Admite somente moradores tradicionais que já residiam no local

antes da cria o da unidade e sobrevivem do meio natural de forma sustentável.

RDS RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

 rea natural onde vivem popula es tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de explora o de recursos ambientais e adaptados às condi es ecológicas locais. Permite visita o pública e pesquisa científica.

RESEX RESERVA EXTRATIVISTA

 rea natural utilizada por popula es tradicionais onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na cria o de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos e a prote o dos meios de vida e da cultura dessas pessoas. Permite visita o pública e pesquisa científica.

**400 MIL
DOS
436 MIL
HECTARES FORAM
DESMATADOS EM
ÁREAS DE PROTE O
AMBIENTAL
(APAS), RESERVAS
EXTRATIVISTAS
(RESEX), FLORESTAS
NACIONAIS (FLONAS),
FLORESTAS
ESTADUAIS (FLOTAS)
E FLORESTAS
EXTRATIVISTAS
(FLOREX)**

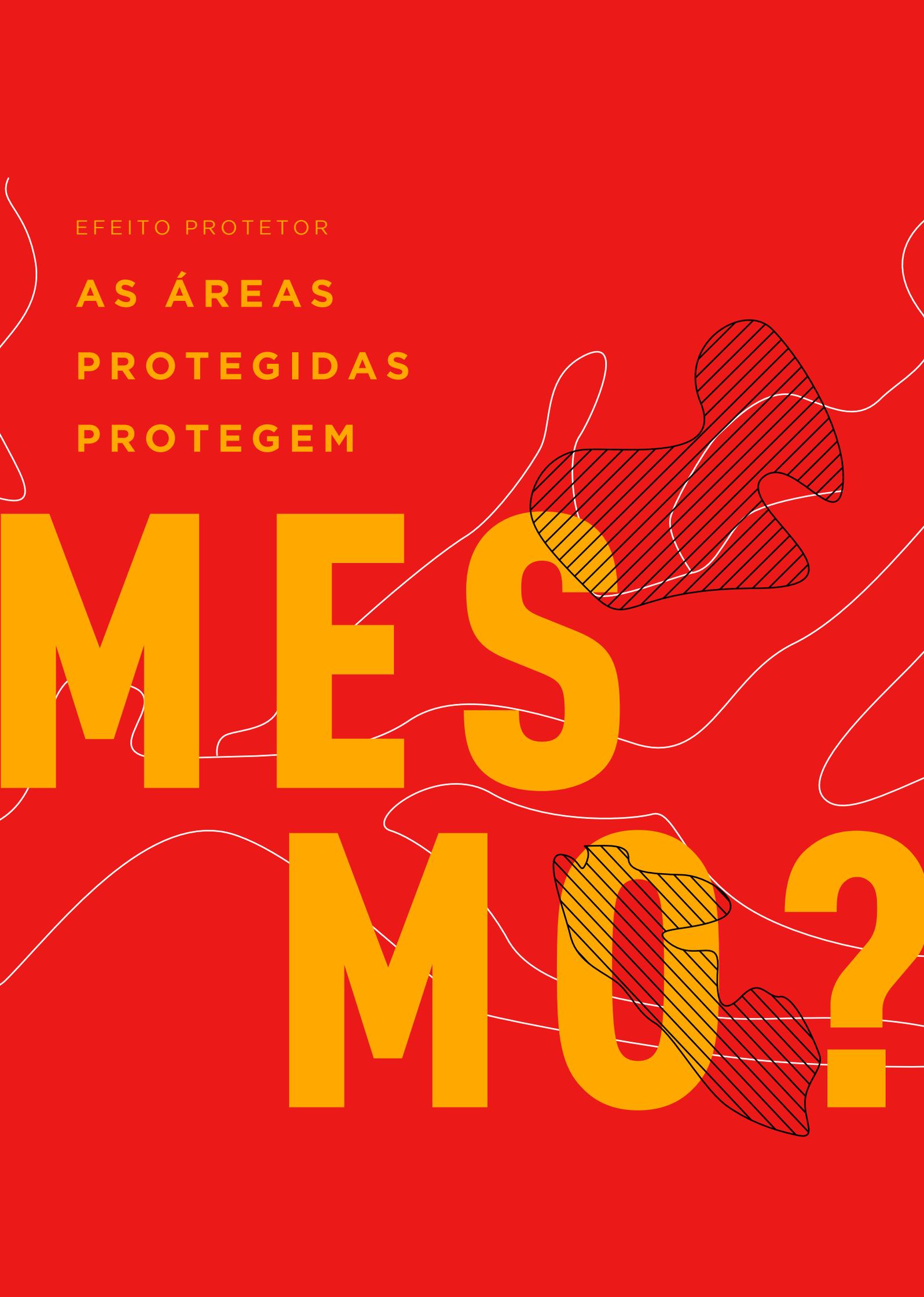
EFEITO PROTETOR

AS ÁREAS

PROTEGIDAS

PROTEGEM

MESMO?

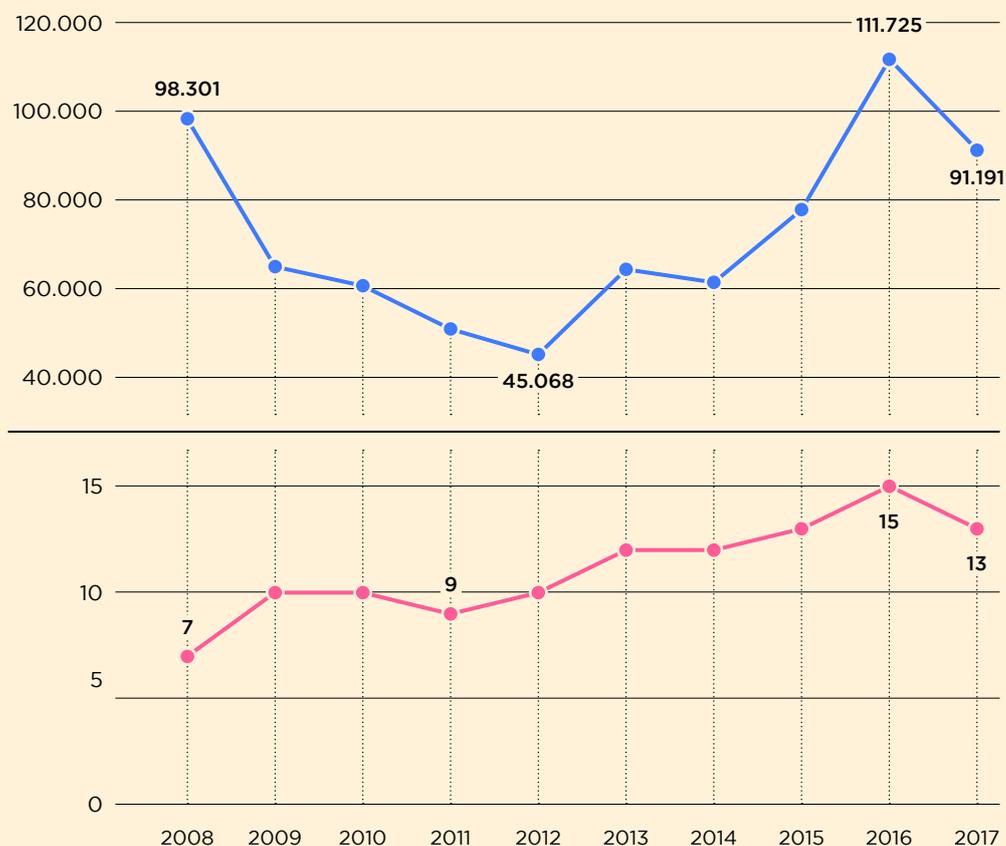
The image features a vibrant red background. In the upper left, the text 'EFEITO PROTETOR' is written in a small, white, sans-serif font. Below it, the words 'AS ÁREAS', 'PROTEGIDAS', and 'PROTEGEM' are stacked vertically in a larger, bold, yellow, sans-serif font. The main focus is the large, bold, yellow text 'MESMO?' which spans across the middle and bottom of the page. The letters are thick and blocky. Two abstract, hand-drawn shapes with diagonal hatching are overlaid on the text. One shape is positioned over the 'S' in 'MES' and the 'O' in 'MO', and the other is positioned over the 'O' in 'MO' and the question mark. Several thin, white, wavy lines are scattered across the page, some overlapping the text and the hatched shapes.

HISTÓRIA PREDATÓRIA

A área total desmatada nas UCs da Amazônia entre 2008 e 2017 (em azul) teve uma redução entre 2008 e 2012, mas voltou a crescer desde então. Já a participação das UCs no desmatamento total da Amazônia cresce sem parar desde 2008

LEGENDA DO GRÁFICO

- Desmatamento anual em UC (ha)
- Total desmatado na Amazônia que ocorreu em UCs (%)



A evolução da taxa de desmatamento anual dentro das UCs mostra que o ataque está cada vez maior. Em 2008, as UCs chegaram a perder quase 100 mil hectares. A área anual desmatada foi caindo até o ano de 2012, mas de lá para cá subiu de novo, chegando a cerca de 111.725 hectares perdidos em 2016.

Nesse período observado, a participação das UCs no que é perdido na Amazônia cresceu praticamente de forma constante. A proporção do desmatamento dentro das UCs em relação ao total da região subiu de cerca de 7%, em 2008, para mais de 15%, em 2016. Em 2017, cerca de 13% das derrubadas aconteceram dentro de UCs. Os dados são do Prodes, o projeto de mo-

111.725 HECTARES

FORAM DESMATADOS
APENAS EM 2016, O PICO
DURANTE OS ANOS QUE
ENGLBAM ESTE ESTUDO

A APROVAÇÃO DO

CÓDIGO FLORESTAL

COM ANISTIA A ALGUNS

DESMATAMENTOS

INCENTIVOU A RETOMADA

DAS INVASÕES ÀS UCS

nitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O que explica a queda no desmatamento dentro das UCS entre 2008 e 2012? “Foi quando o governo fez várias políticas mais fortes incluindo foco na fiscalização em municípios críticos, restrição de crédito para quem não estivesse cumprindo regras ambientais, confisco de bens envolvidos no desmatamento (*como trator*) e de gado (*Operação Boi Pirata*)”, explica Paulo Barreto, um dos autores do estudo. Apenas na Operação Boi Pirata, na Estação Ecológica Terra do Meio, no Pará, foram retiradas cerca de 3 mil reses ^[1] que ocupavam ilegalmente áreas dessa Unidade de Conservação.

E o que mudou em 2012? Os dados revelam o impacto negativo da aprovação do Código Florestal, Lei 12.651, chamada de Nova Lei Florestal na época. Entre 2012 e 2016 aconteceu o que os ambientalistas e pesquisadores temiam. A apro-

vação da lei anistiou parte do desmatamento ocorrido antes dela. Consequentemente alguns proprietários de terra ou grileiros desmataram em seguida confiantes de que nova anistia poderia ocorrer. Além disso, a nova Lei afrouxou as exigências de área a ser preservada e houve a redução de algumas UCS.

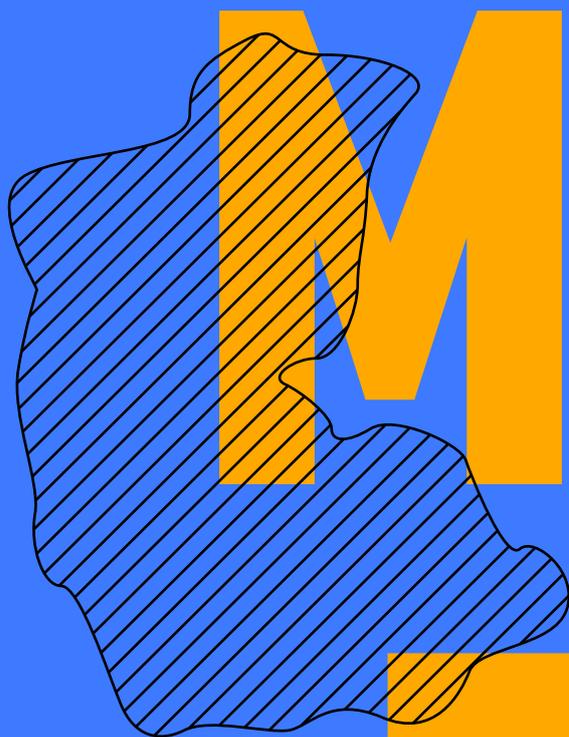
Há uma contradição do governo. Ele criou Unidades de Conservação. “Mas continua validando ou tentando validar a ocupação e isso põe todo o sistema em ameaça”, diz Barreto. Rondônia é um exemplo. “Tem o agravante do próprio governo estadual incentivando o desmatamento”, lembra. “O estado de Rondônia não somente é omissivo, mas um dos principais incentivadores de invasão a Unidades de Conservação, principalmente por ações de políticos”, diz Aídee Maria Moser Torquato Luiz, promotora do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Quando há interesse, existe capacidade para barrar o desmatamento. Mas apenas “boa vontade” é pouco para assegurar a floresta. “Tem de ter orçamento para as UCS, programas robustos de longo prazo”, diz Barreto. Este segundo ponto, de acordo com o pesquisador, avançou. Por exemplo, em 2018, o governo federal tentou colocar um político no lugar de técnico de carreira na presidência do [ICMBio](#) ^[2], responsável pela gestão de 9% do território nacional ^[3] e 24% da área marinha. A mobilização e a indignação pública contra essa ação foram tamanhas que ele teve de recuar e nomeou um especialista. Depois disso, o órgão conseguiu aprovar novas maneiras de usar mais de 1 bilhão de reais dentro de Unidades de Conservação.

As Unidades de Conservação são um importante instrumento para conter o avanço do desmatamento. E, sim, seria possível zerar o desmatamento.

REAÇÃO DA SOCIEDADE

COMO OS BRASILEIROS
ESTÃO DEFENDENDO A



A

M A

Z Ô

N I N I A ?



↑ Garimpo ilegal na Reserva Nacional de Cobre e Associados. A tentativa de reabrir a área para exploração catalisou uma reação da sociedade brasileira

Até 1985, praticamente inexistiam Unidades de Conservação estaduais e havia menos de 200 federais. A maior parte delas foi criada a partir de 2003, resultado dos esforços do governo federal e dos governos estaduais do Acre, Amazonas, Amapá e Pará. As categorias em maior número foram Parques Estaduais (43) e APAs (40). O objetivo era organizar o território e combater o desmatamento ilegal associado à grilagem de terras, proteger regiões com alto valor biológico e atender às demandas das populações tradicionais e de produção florestal sustentável. Atualmente, a Amazônia Legal tem 340 Unidades de Conservação, 146 federais e 194 estaduais, segundo o Programa de [Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental](#) ^[1].

Mas nos últimos anos o sistema nacional de UCs vive um retrocesso. Para começar, o ritmo de criação caiu. Entre 2011 e 2016, o governo federal criou o total de 15 UCs. Foi a maior desaceleração desde 1995. Além de criar menos áreas, o go-

verno começou a cortar as existentes. Em 2011, uma [Medida Provisória \(MP\)](#) ^[2] convertida em lei retirou 83 mil hectares de sete UCs para implementação de hidrelétricas, entre elas do Rio Tapajós. As instalações de hidrelétricas somadas à validação do Código Florestal em 2012 intensificaram os ataques às Unidades de Conservação, inclusive vindos de setores estaduais. Um ataque após o outro, a sociedade começou a reagir. No mesmo ano, 30 organizações da sociedade civil enviaram [manifesto ao Senado](#) ^[3] contra a Medida Provisória. A lei foi validada mesmo assim. Agora, os setores da sociedade estão cada vez mais mobilizados contra os ataques.

O caso de Jamaxim, a maior Floresta Nacional do Brasil, é uma amostra disso. Cerca de 7,6% da Floresta Nacional de Jamaxim foi desmatada apenas entre os anos de 2012 e 2017. Isso corresponde a mais de 33 mil hectares. Em 2017, o governo do presidente Michel Temer enviou ao Congresso um Projeto de Lei para [subtrair 354 mil hectares](#) ^[4] da área.

**NOS ÚLTIMOS
ANOS,
O SISTEMA
NACIONAL
DE UCS
VIVE UM
RETROCESSO**

Essa MP mudaria as regras de regularização de terras e ainda ofereceria um subsídio para quem devastou.

As organizações da sociedade civil já estavam mobilizadas e conseguiram a atenção da população e da mídia. A hashtag #TodosPela-Amazonia ganhou força nas redes sociais, chegou ao trending topics do Twitter no Brasil. A modelo Gisele Bündchen publicou em suas redes sociais um vídeo em inglês falando sobre a importância da floresta: “Eu quero fazer algo agora antes que seja tarde demais” [5]. A atriz Alice Braga, que também mora nos Estados Unidos, compartilhou a imagem do Greenpeace em inglês: #togetherfortheAmazon.

Quase ao mesmo tempo, outra medida do governo potencializou o movimento pela preservação. Em agosto de 2017, o governo federal tentou abrir para a exploração privada a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) [6], na Floresta Amazônica entre o Pará e o Amapá. A Renca nunca foi uma reserva ambiental. Era uma área que havia sido reservada para a exploração mineral apenas por estatais. Mas a liberação para o interesse privado deu início a um movimento maior de reação a todos os ataques a UCs.

Diversos artistas, lideranças indígenas e ambientalistas foram ao Congresso Nacional protestar. Entregaram ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, mais de 1,5 milhão de assinaturas coletadas nas plataformas 342 Amazônia, Greenpeace e Avaaz exigindo a proteção da floresta e do meio ambiente.

Outras celebridades como Thiago Lacerda, Cauã Reymond e Ivete Sangalo e a população se referiam em suas publicações citando criticamente o nome do então presidente Michel Temer. A cantora paraense Fafá de Belém, de-

José Cruz/Agência Brasil



↑ Protesto na Câmara dos Deputados contra a extinção da Renca

pois de ouvir reportagem sobre a redução de Jamanxim, gravou um vídeo pedindo ao presidente que desistisse da ideia. Seu vídeo atingiu mais de 2 milhões de visualizações.

A pressão fez com que o governo desistisse da Medida Provisória e da Renca. O governo retirou a urgência constitucional do projeto para reduzir Jamanxim [7]. Em 2017, depois de tanta visibilidade e com a retomada do orçamento para fiscalização, o desmatamento caiu 65,6% dentro da área de conservação comparado ao ano anterior. As duas experiências mostraram que quando a sociedade reage à altura é possível barrar as tentativas de destruir o patrimônio natural do país.

CLIQUE NOS ÍCONES
PARA ACESSAR OS LINKS



ESTADÃO

Redução de áreas protegidas na Amazônia

OBSERVATÓRIO DO CLIMA

Redução de Floresta do Jamanxim seria a maior da história

ÉPOCA

Se reduzir Floresta do Jamanxim, governo dará subsídio de R\$ 500 mi a grileiros

JORNAL NACIONAL

Ambientalistas condenam Projeto de Lei que reduz área de Jamanxim

ÉPOCA

Reservas que podem ser reduzidas pelo Congresso são as que mais sofrem desmatamento

ÉPOCA

Por que a Floresta do Jamanxim não foi concedida para exploração sustentável?

CIÊNCIA PARA SUSTENTABILIDADE

Alvo de controvérsia, Floresta do Jamanxim, no Pará, tem alta no desmate

ESTADÃO

Cientistas alertam contra PL que anula área protegida que não tiver regularização fundiária

FOLHA

Voltar atrás no caso da Renca não salva governo de novos desgastes

YOUTUBE

Renca: A realidade do garimpo ilegal

G1

Gisele critica decreto que extingue reserva florestal na Região Norte: "vergonha"

REFERÊNCIAS
CIRIAS





CLIQUE NOS NÚMEROS
PARA ACESSAR OS LINKS

INTRODUÇÃO

FOLHA

Fitoterápico melhora os sintomas da endometriose

SCIELO

Revista Brasileira de Plantas Medicinais

FUNAI

Distribuição espacial da população indígena

TENDÊNCIA G E R A L

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Amazônia

GAZETA DO POVO

Frigoríficos assinam termo de ajustamento de conduta

PIORES ESTADOS

WWF

Instituições protestam contra medida que susta 11 Unidades de Conservação em Rondônia

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Informações sobre as unidades de conservação criadas em 17 de fevereiro

FOLHA

Exigência de cadastro de propriedades rurais é adiada pela 4ª vez

ICMBO

Flona do Bom Futuro

ICMBO

32 famílias serão realocadas na Flona Bom Futuro

ESTADÃO

Liminar suspende licença ambiental provisória para Jirau



CLIQUE NOS NÚMEROS
PARA ACESSAR OS LINKS

TIPOS DE UCS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Categorias de UCs

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

REAÇÃO DA SOCIEDADE

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

Grupos e categorias

ESTADÃO

Dilma muda limite de unidades de conservação para abrigar hidrelétricas

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

Movimentos sociais repudiam Medida Provisória que diminui áreas protegidas na Amazônia

G1 GLOBO

Governo envia ao Congresso projeto de lei que reduz floresta nacional no Pará

ÉPOCA NEGÓCIOS

'Vergonha', diz Gisele sobre decreto que extingue reserva na Amazônia

EL PAÍS

Renca: Temer revoga polêmico decreto que ameaça reservas da Amazônia

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Governo retira urgência constitucional de redução da Floresta Nacional do Jamanxim

EFEITO PROTETOR

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Chega ao fim operação Boi Pirata na Terra do Meio

O ECO

Governo recua e nomeia um especialista para a presidência do ICMBio

ICMBIO

Aos 10 anos, ICMBio mostra avanços

METODOLOGIA

METODOLOGIA PARA ESTIMATIVA DO RANKING DAS 50 UCS MAIS CRITICAS

Para estimarmos o desmatamento provocado entre os anos 2012 e 2017 (Prodes, 2018) em cada Unidade de Conservação (UC) da Amazônia Legal, cruzamos o mapa de Desmatamento (figura 1) com o mapa de UCs (figura 2). Calculamos a área do mapa resultante do cruzamento (figura 3) e ranqueamos as 50 UCs com a maior somatória de hectares desmatados. O cruzamento entre os mapas foi feito através da ferramenta 'Intersect' do software 'ArcMap' da plataforma ArcGis 10.5. O Sistema de Referência 'Datum' utilizado na análise foi o Sirgas 2000.

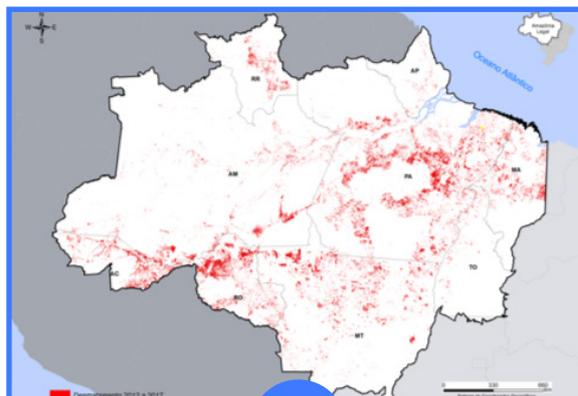


Figura 1

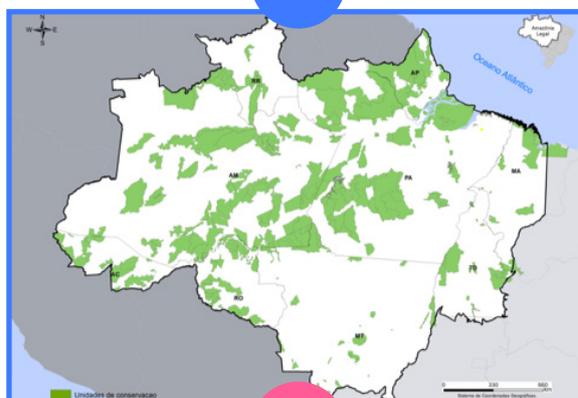


Figura 2

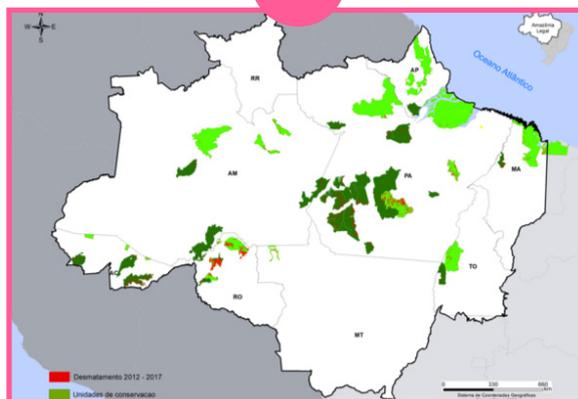


Figura 3

REFERÊNCIAS

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2018. Áreas embargadas, em formato shapefile. Disponível em: <<http://siscom.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2016. Dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes). Taxas anuais do desmatamento de 1988

a 2017, em formato shapefile. Disponível em: <<http://www.inpe.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ISA Instituto Socioambiental. 2017a. Polígonos das Unidades de Conservação na Amazônia Legal de setembro de 2017, em formato shapefile.

ISA Instituto Socioambiental. 2018. Unidades de Conservação do Brasil. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/mapa>>. Acesso em: 30 out. 2018.



Imazon

Instituto
do Homem e
Meio Ambiente
da Amazônia